



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

A TERCEIRA IDADE NA UNIVERSIDADE: PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA NO NÚCLEO DE ESTUDOS DA TERCEIRA IDADE DA UFSC

Flora Moritz da Silva - UFSC

Pedro Antônio de Melo - UFSC

Rudimar Antunes da Rocha - UFSC

RESUMO

Aproximadamente um terço da população brasileira será idosa nas próximas décadas, portanto é relevante compreender a situação da terceira idade para assegurar a cidadania dos idosos, sendo bom para toda a sociedade, visto que as próximas gerações também partilharão de tais avanços. O Núcleo de Estudos da Terceira Idade – NETI, foi o pioneiro a lutar pela Terceira Idade dentro das universidades brasileiras. O presente trabalho resgata conceitos de terceira idade, universidade pública e sua função social, cidadania e participação visando compreender de que forma o NETI envolve os sujeitos de forma participativa em suas estruturas. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativo-descritiva, através de bibliografias, documentos institucionais, observação direta e entrevista semiestruturada com coordenadora, fundadora e duas representações estudantis do Núcleo. Encontrou-se um Núcleo iniciado por meio de pesquisa das aspirações da comunidade e levantado junto aos alunos voluntários, com alguns cursos desenvolvidos como resposta à demanda dos alunos. Desse modo, o Núcleo mantém um processo de participação ativa de seus membros, colocando o idoso em uma posição representativa no âmbito da universidade e na sociedade.

Palavras-chave: Universidade da Terceira idade; Cidadania; Participação; Extensão.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

1. INTRODUÇÃO

O século XX caracterizou-se por grandes transformações sociais, que trouxeram junto aos avanços tecnológicos, novos desafios. A expectativa de vida do ser humano aumentou cerca de 30 anos ao longo do século, trazendo uma revolução demográfica, que clama por uma nova visão da saúde pública, de questões previdenciárias, e principalmente, do envelhecer, sem estereótipos, com independência e qualidade de vida, já que em 2050 quase 30% da população brasileira será composta por idosos (BANCO MUNDIAL, 2011).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil foi muito comentado na mídia no início do segundo semestre de 2013, sendo que a longevidade da população foi destaque: expectativa de vida brasileira cresceu 14% (9,2 anos) entre 1991 e 2010, variando de 65 a 79 anos, dependendo do município. Conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano de Longevidade compõe-se pelo indicador esperança de vida ao nascer, que mostra o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os padrões de mortalidade observados no ano de referência. Mesmo com as diferenças municipais, o aumento da longevidade é uma tendência em todos os municípios do Brasil, sendo a longevidade o sub-índice de desenvolvimento humano “que apresenta a maior redução na diferença entre o maior e o menor resultado encontrado nos municípios brasileiros nas últimas duas décadas” (PNUD, 2013, s/p.).

Tal revolução demográfica coloca aos especialistas, homens públicos e coletividades um enorme desafio social, que demanda por pesquisas e análises para definir da melhor forma as políticas públicas de prevenção de saúde no envelhecimento (VERAS e CALDAS, 2004), compreendendo a saúde não deve ser pensada apenas do ponto de vista fisiológico.

Assim, é relevante investigar questões que vão além do aumento da sobrevida, compreendendo a situação da terceira idade, para assegurar a cidadania dos idosos e o melhor para toda a sociedade, visto que as próximas gerações também partilharão destes avanços. É relevante entender a dinâmica atual de envelhecimento que a sociedade desenvolve e como os idosos desenvolverão atitudes participativas e de grande valia social.

Nessa conjuntura, a universidade tem um papel importante na promoção da emancipação humana. Ristoff (2006) ressalta o papel das universidades, em especial as públicas, objetivando colocar ensino, pesquisa e extensão a serviço do desenvolvimento social da nação. Não se trata de prescindir da ação da universidade; mas de ressignificar a contribuição universitária por meio da gestão social e da cidadania, promovendo, concomitantemente, sua missão em prol da ciência, criação do conhecimento e da educação.

A Gestão Social possui escopo para analisar iniciativas com caráter emancipatório, na qual a cidadania deve ser o objetivo fim. Tenório (2008) compreende a gestão social como o processo gerencial dialógico no qual o processo decisório é compartilhado entre os participantes da ação. Esta ação pode ocorrer em qualquer esfera, ou tipo de sistema social, sendo a participação um procedimento necessário para o exercício da cidadania.

Foi em um movimento francês partindo de uma universidade que o termo Terceira Idade foi cunhado, expressão que remete a um conceito de envelhecimento ativo. Conforme



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Frutuoso (1999, p. 35) a expressão “Terceira Idade” não deve ser confundida com velhice. “Surgida na França, no final dos anos 60, refere-se a uma emergente realidade do envelhecer, ligada a um novo tempo de lazer e não mais associada à miséria, doença e decadência, o que geral ocorria após a vida profissional ativa”. Assim o termo assume a conotação de realização pessoal, uma divisão etária na qual as pessoas têm autonomia com saúde e qualidade de vida.

A expressão Terceira Idade, originada com a implementação das *Universités du Troisième Âge*, se popularizou rapidamente no Brasil. Os primeiros gerontólogos brasileiros foram formados na França (DEBERT, 1994). Veras e Caldas (2004) relatam que o movimento Universidade da Terceira Idade vem apresentando um substancial incremento desde 1970, a partir de uma ação multidisciplinar para inserir o idoso na sociedade. Já em 2004, os autores afirmavam existir no Brasil, pelo menos 150 programas deste tipo.

Debert (1996) propõe duas perspectivas sobre o idoso: a abordagem que o caracteriza “como fonte de miséria” e a perspectiva mais recente, que o trata como “fonte de recursos”. Esta última foi uma resposta a pesquisas que mostravam que os mais jovens tendiam a superestimar os problemas do envelhecimento. Modificar a concepção da miséria pela perspectiva do idoso como fonte de recursos, entretanto, não é simples. Abordagens baseadas em visões pessimistas do idoso ainda têm força, permanecendo em algumas pesquisas como fundamento teórico mesmo quando os dados pedem por uma revisão de tal perspectiva. O idoso como “fonte de recursos” pode ser associado à expressão Terceira Idade, e parece partir de pressupostos contrários aos da perspectiva da miséria.

Ao investigar programas universitários para pessoas idosas Simoneau e Oliveira (2011) concluíram que há uma representação positiva destes programas, apoiada em valores morais hegemônicos sociais, como a aprendizagem, mas também destacam sua função social, possibilitando a integração social, o estabelecimento de laços e a valorização da pessoa idosa.

O Núcleo de Estudos da Terceira Idade – NETI foi um dos pioneiros no Brasil a lutar pela temática da Terceira Idade nas universidades brasileiras. Sendo parte da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, o Núcleo completou 30 anos em 2012 com a missão de “redescobrir, recriar de forma integrada, sistematizar e socializar o conhecimento de gerontologia, desenvolvendo atividades de promover as pessoas da terceira idade no meio acadêmico e comunitário, como sujeitos em transformação e transformadores” (NETI, 2013). Dessa forma, o presente trabalho visa conhecer o NETI desde o seu surgimento, para saber como se desenvolvem ações participativas dentro de suas estruturas.

Devido ao estágio inicial no qual se encontra o processo do envelhecimento brasileiro, muitas pessoas ainda têm a ilusão de que o Brasil é um país de jovens, mas a inversão na pirâmide etária brasileira será rápida, o que demanda ações direcionadas a este segmento etário e um estudo destas ações. Frutuoso (1999) enfatiza que as implicações sociais, econômicas e políticas das tendências demográficas de envelhecimento para um planejamento, motivam a preocupação não apenas quanto à proporção de idosos em relação às demais faixas etárias, mas também de suas necessidades.

Dowbor (2012) coloca que a dimensão e a importância da área social mudaram qualitativamente, exigindo novos equilíbrios nas prioridades da sociedade. A construção de alternativas envolve alianças sociais, parcerias para o desenvolvimento reunindo diversas



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

esferas e atores sociais na busca de articulações. A universidade, sobretudo a pública, deve ser legitimada pela sociedade civil, num diálogo aberto e com retorno em ações concretas.

Assim, espera-se que o presente trabalho possa contribuir em pesquisas ou até no desenvolvimento de Universidades da Terceira Idade. Para tanto, será contextualizado o processo de envelhecimento populacional no Brasil, as associações e Universidades da Terceira Idade, a responsabilidade social e a instituição universidade pública, os conceitos de cidadania e participação. Logo após, serão apresentados os procedimentos metodológicos do estudo, a fim de demonstrar de que maneira pretende-se operacionalizar os objetivos propostos.

2. TERCEIRA IDADE, UNIVERSIDADE PÚBLICA, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO

O processo de envelhecimento populacional não resulta principalmente do declínio da mortalidade. Nasri (2008) explica que a causa principal é o declínio da fecundidade, já que o envelhecimento populacional trata-se da relação do número de idosos com a população absoluta. Dessa forma, a população envelhece à medida que aumenta a proporção de idosos em relação à proporção de jovens.

A estrutura etária da população brasileira sofreu intensa mudança, primeiro com a queda dos níveis de mortalidade e em seguida, com o declínio dos níveis de fecundidade. Se o declínio da mortalidade infantil inicialmente acarretou um contingente de jovens, associado à diminuição da fecundidade resultou em um crescimento da população adulta, e consequentemente, um aumento da população idosa nos anos noventa.

Para os próximos 40 anos, a previsão é um aumento substancial no número de idosos, e principalmente, o envelhecimento populacional. O portal da saúde do Governo Federal (BRASIL, 2012) noticia que em 2050, o Brasil terá 63 milhões de idosos: “se em 1980 eram 10 idosos para cada 100 jovens, em 2050 serão 172 idosos para cada 100 jovens”. A pirâmide etária se inverterá devida a baixa capacidade de renovação.

A população idosa apresenta grande diversidade entre si e em relação aos demais grupos etários. Para compreendê-la são necessários vários enfoques, necessitando uma visão interdisciplinar: as diversas áreas devem ser conectadas (RICCI *et al*, 2006).

As representações da velhice são construções sociais, em permanente mudança. Estão relacionadas à posição remetida a pessoas idosas na sociedade, não traduzindo necessariamente nem a idade cronológica, nem as mudanças físicas, mas, sobretudo as “necessidades econômicas e políticas inscritas na cadeia de mudança, impondo às pessoas idosas desafios em termos de comportamentos, atitudes e valores” (DANIEL, p. 119, 2006).

Na segunda metade do século XX, muitas conquistas dos idosos permitiram a alguns viver de forma distinta aos estereótipos de fragilidade associados a essa faixa etária. Surge o termo terceira idade, e com ele, uma nova postura entre os que têm condições de desfrutá-la.

Novos significados são conferidos aos estágios mais avançados da vida, agora vistos como momentos para novas conquistas. As experiências e conhecimentos acumulados proporcionariam aos idosos as chances de descobrir novas identidades, concretizar projetos abandonados em outros estágios da vida, constituir relacionamentos mais proveitosos com



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

todas as gerações, permitindo que as experiências de envelhecimento exitosas possam ser vividas coletivamente. Nos últimos anos tem aumentado no Brasil o número de universidades e grupos de convivência da terceira idade que têm promovido à redefinição de valores, atitudes e comportamentos das pessoas envolvidas nestes grupos (DEBERT, 1997).

Dal Rio (2009) afirma que o público procura as universidades da terceira idade visando a uma convivência social mais ativa, novos conhecimentos e novos meios de se expressar, anseios característicos dessa fase da vida.

Segundo a Associação Internacional das Universidades da Terceira Idade (AIU3A, 2012) a primeira Universidade da Terceira Idade foi fundada em Toulouse em 1973, na Universidade de Ciências Sociais, pelo Professor Pierre Vellas da Faculdade de Ciências e Direito Econômico. O projeto visava oferecer aos idosos um programa de atividades que satisfizesse as condições, necessidades e aspirações nesta idade da vida. Dal Rio (2009) afirma que a partir da década de 1980 as universidades brasileiras começaram a dar espaço às Universidades da Terceira Idade.

Debert (1996) relata o êxito mobilizador dos programas para a terceira idade. Em tais programas, os saberes acumulados propiciariam que o idoso explore novas identidades, abandonando a ideia do idoso como um processo contínuo de perdas. No entanto, a autora afirma que tal êxito é proporcional à fragilidade dos mecanismos existentes para lidar com as dificuldades da velhice avançada. A imagem do envelhecimento bem-sucedido não dispõe de instrumentos adequados para enfrentar os problemas decorrentes da perda de habilidades cognitivas, necessárias para que uma pessoa seja reconhecida como autônoma e capaz de exercitar seus direitos de cidadania plenamente (DEBERT, 1997).

Assim, mais do que um momento de aprendizado lúdico e de convivência, é importante analisar as Universidades da Terceira Idade sobre o prisma da cidadania, envolvendo a todos os atores sociais com inclusão.

2.1 Universidade Pública e sua Função Social

A universidade é uma instituição secular, com diferentes características ao longo da história. No Brasil, as universidades “gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, Art.207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

A universidade, por ser uma instituição social exprime a estrutura e a forma de funcionamento da sociedade como um todo. Assim, dentro da instituição observam-se projetos e opiniões conflitantes que refletem divisões e contradições da sociedade. Essa relação entre sociedade e universidade ilustra o fato de que a universidade pública foi uma instituição social desde seu surgimento, conforme Chauí (p. 5, 2003):

...uma ação social, uma *prática* social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

da ideia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na ideia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão.

Chauí (2003) alerta, entretanto, que as mudanças e pressões sofridas na universidade nos últimos anos, transformaram-na em uma universidade operacional, reduzindo-a a uma organização ao invés de uma instituição, por “definir-se por uma prática social determinada de acordo com sua instrumentalidade” (CHAUÍ, p.6, 2003). Assim, a universidade se lança na fragmentação competitiva, produzindo conhecimento destinado à apropriação privada.

Em defesa de uma instituição universitária pública, Pacheco (2006) ressalta que a universidade não é pública por ser gratuita, mas porque sua produção teórica e científica deve ser apropriada publicamente.

Goergen (2006) confia na importância da universidade para o desenvolvimento da sociedade, ainda que a conexão entre ciência e desenvolvimento possa ser mal entendida em contextos de atraso cultural e verbas reduzidas como o brasileiro. Neste ambiente, a universidade, pelo calibre de recursos que consome e dos temas teóricos sem aplicação prática imediata que se ocupa, pode ser estigmatizada como uma instituição de luxo. Em muitas ocasiões procura-se superar essa dificuldade buscando uma relação quase mecânica entre as atividades acadêmicas e a sociedade, incorrendo assim na ambivalência de operacionalizar uma instituição que, por sua natureza, deve preservar-se autônoma e crítica.

Em 1994 Santos (2008) falava dos desafios feitos à universidade no século XX, os quais o autor afirma que se agravaram nos últimos tempos, como ele previra. As reflexões de Goergen podem ser associadas ao que Santos (2008, p.14) chama de “crise institucional da universidade”, resultante desta contradição da “reivindicação da autonomia na definição de valores e objetivos da universidade e a pressão crescente de submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social”.

Goergen (2006) acusa que este tipo de política que instrumentaliza a universidade, visa privilegiar atividades com aplicação prática direta ao contexto social para superação das carências imediatas ali encontradas. Conforme esta estratégia, os recursos devem gerar produtos úteis, não raro, no sentido de preencher responsabilidades a princípio pertinentes a outros setores. Essa expectativa demanda um modelo de instituição operacional que desconsidera aspectos importantes da atividade acadêmica que não podem ser traduzidos em produtos imediatamente transferíveis ao plano prático. Nestes casos encontra-se, por exemplo, as pesquisas básicas, sem aplicação prática imediata. Não há relação direta e mecânica entre atividades acadêmicas e suas implicações sociais. Isso não significa dizer que a universidade não deve comprometer-se com a sociedade, mas sim que não deve ser refém do imediatismo.

Para que a universidade pública seja tomada por um novo olhar, primeiramente, o Estado deve tomar a educação como um investimento social e público, e um direito de todos, “para assegurar a concreticidade dos direitos sociais, entre os quais se encontra a educação” (CHAUÍ, p.12, 2003). Por meio da destinação dos recursos públicos aos direitos sociais que se mensura a democratização do Estado e da universidade.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Ao refletir sobre a transformação da universidade pública sob a perspectiva da democratização e formação, Chauí (2003) enfatiza alguns pontos necessários para tal mudança, os quais se destacam na presente pesquisa: romper com modelos que tentem resolver os problemas da educação superior brasileira com algum tipo de privatização da educação superior, incentivando com governamentais recursos grupos privados; autonomia universitária definida pelo direito de determinar suas normas de formação, pesquisa e docência, com autonomia intelectual e não critérios produtivistas; liberdade para adotar perspectiva crítica; e diálogo e transparência com a sociedade civil e os agentes do Estado.

Cabe ressaltar que a universidade pública não é uma instituição alheia à sociedade, ao Estado e mesmo ao mercado. Ela é um órgão da administração pública indireta, uma autarquia, portanto com autonomia, que pertence à sociedade, e deve estar orientada para atender as demandas da mesma, particularmente, as relacionadas aos processos de superação das iniquidades dominantes na sociedade de mercado, dialogando com o mercado, mas mantendo sua perspectiva crítica e não sendo ditada por ele.

2.3 Cidadania e Participação

Para Pinski (2010) ser cidadão é ter direitos civis, políticos e sociais, pois os dois primeiros não mantêm a democracia sem os terceiros: os direitos sociais que asseguram a participação do sujeito na riqueza coletiva: saúde, educação, remuneração justa, uma velhice tranquila. Assim, as três dimensões são necessárias para o exercício de uma cidadania plena.

É importante compreender que cidadania não é um conceito estanque, pois seu significado varia no tempo e no espaço “não apenas pelas regras que definem quem é ou não titular da cidadania (...), mas também pelos direitos e deveres distintos que caracterizam o cidadão em cada um dos Estados-nacionais contemporâneos” (PINSKY, 2010, p. 09). Mesmo dentro de cada nação, a prática e o conceito de cidadania vem mudando ao longo dos séculos.

Neste início do Século XXI, ainda é encontrado na América Latina algumas situações nas quais “os direitos políticos ainda são cassados, e os demais, civil e social, são apenas descritos nos textos constitucionais, aquém de suas realizações” (TENÓRIO, 2012, p.21). Apesar disso, no Brasil já se encontra também práticas de aproximação do poder público com os cidadãos, propiciando desta forma a prática do direito político (TENÓRIO, 2012).

Tenório (2012) avança com um conceito de cidadania ampliado, a cidadania deliberativa, na qual os direitos civis, sociais e políticos estão contidos. O conceito significa que “a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum” (TENÓRIO, p.161, 2008).

Para uma cidadania emancipada, Demo (1995) explica que não basta apenas a consciência crítica: não existe sujeito histórico competente se houver dependência de outrem para subsistir. Assim “participação sem auto-sustentação é uma farsa” (DEMO, p.136, 1995). Portanto, sob uma perspectiva integrada, é crucial vencer a pobreza. Um espaço marcado por fortes desigualdades econômicas favorece práticas que originam desigualdades sociais e



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

coisificam as pessoas despossuídas, privando-as da condição de sujeitos e configurando-as como objetos.

Demo (1995) coloca como grande desafio da cidadania, de um lado, avançar em políticas públicas que a favoreçam, destacando aqui a educação, sobretudo a básica; e de outro, estimular que a sociedade organizada consiga controlar a elite e o Estado de forma cada vez melhor. Em relação à sociedade, o autor destaca a participação como cerne do conceito e da prática da cidadania, explicando que o exercício da participação cidadã não deve ser confundido com práticas esporádicas, pois o que realmente é válido é a cidadania cotidiana, fruto de exercício individual e coletivo dos sujeitos em sociedade.

A cidadania deliberativa se encaixa nesta visão, pois Tenório (2012) a define como a prática de cidadania que não se manifesta somente por meio de eleições periódicas, mas pela “ação direta dentro de espaços públicos democraticamente compostos que desenvolveriam as suas atividades em interação com os poderes públicos constituídos” (TENÓRIO, p. 29, 2012).

Castellà e Parés (2012) afirmam que o conceito de participação cidadã vem adquirindo um protagonismo, sendo necessário criar ambientes nos quais os cidadãos possam debater e participar do processo de tomada de decisões complementando e em conjunto às instituições.

Gutierrez (2004) define participação de forma genérica como a possibilidade de alguém incorporar as características e práticas de um grupo maior, sendo reconhecido com membro deste. Bordenave (1994) afirma que democracia é um estado de participação, mas que a mesma não ocorre apenas em âmbitos governamentais: a participação que ocorre em associações e entidades equilibraria a tendência para ruptura presente na participação canalizada exclusivamente através dos partidos políticos. O autor alerta, no entanto, que enumerar as vantagens da participação pode levar a um conceito puramente instrumental, trazendo a ameaça que ela seja um meio para ser manipulado quanto a seus resultados utilitários.

Ressalta-se que participação não é apenas um instrumento para a resolução de problemas, mas principalmente uma necessidade humana fundamental como dimensão da expressão das escolhas e da autonomia dos indivíduos. Segundo Bordenave (1994) a participação tem duas bases complementares. A afetiva, fundamentada no prazer que as pessoas têm de fazer as coisas juntas; e a instrumental, visto que fazer as coisas em conjunto tende a ser mais eficiente e eficaz do que fazê-las sozinhos. É importante que estas bases se equilibrem, mas atualmente a base utilitarista tem predominado.

A verdadeira participação depende do diálogo entre os sujeitos sociais, só que em um diálogo entre desiguais, pode ocorrer um processo de dominação e de reprodução de desigualdades. É necessário tomar cuidado para que não haja manipulação nem coerção entre os sujeitos para que o processo dialógico seja legítimo.

A questão aqui são quais os interesses que estão por trás dos modelos de participação. Existem dificuldades para um modelo realmente participativo diante das práticas que geralmente estão estruturadas nos modelos atuais.

Gutierrez (2004) afirma que toda proposta participativa tem uma tensão permanente diante do fato de ver suas melhores iniciativas transformadas em práticas autoritárias, devido a fatores como a preeminência de uma ideologia conservadora, na qual muitos acreditam na



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

ilusória facilidade de soluções de fora para dentro, centralizadas, e a carência de recursos acarreta junto à inércia, a indiferença e o desinteresse por tentativas de reverter tal quadro.

Para construir um círculo virtuoso no qual a efetiva participação possa trazer avanços sociais e econômicos é necessário que as práticas participativas melhorem qualitativamente “enquanto processos que, além de refletir a opinião e vontade de todas as pessoas, constituam também elementos de mobilização, ilustrando uma melhor forma de integração humana” (GUTIERREZ, p. 14, 2004).

Bordenave (1994) sugere outro enfoque, no qual a participação consista em intervir ativamente na construção da sociedade, realizada por meio da tomada de decisão e atividades sociais em todos os níveis, sendo um processo coletivo transformador, contestatório, no qual os setores marginalizados conquistam presença ativa e decisória em todos os processos sociais. Neste enfoque, é necessária uma mudança nos processos educativos: abordados com um caráter puramente integrador, necessitam atingir um caráter conscientizador e libertador.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Lakatos e Marconi (1995), além da fundamentação teórica, um trabalho científico necessita basear-se em procedimentos metodológicos adequados, de forma que trate as categorias analíticas, os conceitos e os fenômenos pesquisados com consistência e coerência, explicando detalhadamente como será realizada a pesquisa.

O presente estudo é uma pesquisa teórica, caracterizada como aquela que articula conceitos e sistematiza a produção de uma área de conhecimento, com o objetivo de criar novos questionamentos, incorporando e aprofundando o estado da arte de determinado assunto (MINAYO, 2002). A pesquisa utiliza a abordagem qualitativo-descritiva, pois, não busca a mensuração dos eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, mas os dados são adquiridos pelo contato do pesquisador com a situação estudada, procurando a compreensão dos fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos e descrevê-los sem manipular ou interferir na realidade (BECKER, 1997).

Em relação aos meios a pesquisa é de campo, documental e bibliográfica. É considerada de campo porque a investigação empírica foi a campo para entrevistar envolvidos com uma Universidade da Terceira Idade. É documental, pois se utilizou de documentos da UFSC e do NETI e bibliográfica porque antes da saída de campo, buscou-se fundamentação em assuntos pertinentes à temática.

Além da pesquisa documental, foram realizadas entrevistas semiestruturadas no segundo semestre de 2012, com a atual Coordenadora do NETI, uma das fundadoras, a presidente do Centro de Estudantes do NETI – CENETI, e o presidente da Associação de Monitores da Ação Gerontológica – AMAG. As entrevistas foram realizadas nas respectivas salas dos entrevistados, dentro do NETI, e no caso da Professora fundadora, que já está aposentada, mas mantém contato com o NETI, foi realizada na sala de estudos do Núcleo, em um período que a mesma o visitava. Todas as entrevistas foram gravadas, com o consentimento dos entrevistados. Acrescenta-se ainda a observação direta, realizada pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para “recolher as ações dos atores



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista” (CHIZZOTTI, 1995, p. 90). Durante o segundo semestre de 2012, as aulas do curso Previdência e Cidadania, curso oferecido quinzenalmente às quintas-feiras no NETI foram acompanhadas pela pesquisadora.

Para análise dos dados utilizou-se a análise documental, que abrange a investigação de documentos internos organizacionais ou externos, e análise de conteúdo das entrevistas, transcritas e analisadas mediante os dados levantados.

4. UM PROJETO VISIONÁRIO

Em 02 de março de 1982, as professoras Neusa Mendes Guedes e Lúcia Hisako Takase Gonçalves apresentaram a UFSC uma proposta para desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas a pessoa idosa. A Portaria no. 356/GR/82 designou a professora Lúcia para prestar assessoria técnica ao NETI, criado oficialmente em 03 de agosto de 1983, pela Portaria n. 045/GR/83 (RED LATINOAMERICANA DE GERONTOLOGIA – RLG, 2004).

O Entrevistado A revelou que na época, a ideia foi uma “visão futurista”. Não era possível chegar ao Reitor e dizer “tenho uma visão futurista”, mas as fundadoras já percebiam do potencial do projeto. Frutuoso (1999) afirma que as universidades da terceira idade surgiram com força no Brasil somente em 1990, e a dupla de professoras da UFSC pensou no tema quase dez anos antes. O Professor Schuch (1997, p.146) afirma que a preocupação com a Terceira Idade “praticamente não existia [...] em 1985”.

Em 1982, as professoras Neusa e Lucía realizaram um levantamento das aspirações da população idosa vinculada a UFSC e dos idosos residentes próximos à Universidade, com a colaboração dos alunos do Colégio de Aplicação e do Barddal, o que motivou o surgimento do Grupo de Convivência 5 de maio, para reflexão sobre os assuntos de pessoas idosas e troca de experiências (GUEDES, 1997).

O Entrevistado A afirma que no início, as pessoas não tinham muita consciência sobre o tema e a universidade não tinha muito espaço físico. Foi pela persistência e ajuda de voluntários, futuros alunos do NETI (não alunos da UFSC - ressalta) e de uns poucos professores que a ideia desabrochou. “Aos idosos do Grupo 5 de Maio o NETI deve sua existência (...). Eles aceitaram nossos apelos e jamais se queixaram das dificuldades que lhes eram apresentadas” (GUEDES, 1997, p.25). Muitos destes alunos tornaram-se multiplicadores dos conhecimentos adquiridos, cada um conforme sua possibilidade.

RLG (2004) corrobora sobre ação conjunta: a formação da equipe do NETI surgiu de um trabalho de alunos, professores e funcionários de diversos setores da UFSC e membros da comunidade, a maioria voluntária. As discussões buscavam abranger temas gerontológicos e o fortalecimento da ideia de construir um modelo catarinense de intervenção na área.

Apesar de relatos de que nos anos 80 “a rejeição do assunto (idosos) era presente em autoridades universitárias” (GUEDES, 1997, p.24), e que houve muitas lutas por reconhecimento e espaço, em entrevista (2012), uma das fundadoras traz o seguinte relato:



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

foi difícil? [...] Eu não vou dizer, às vezes as pessoas dizem isso, eu digo assim: tenho 50 anos de vida profissional, alguém diz assim: ‘abri seu lattes, é quilométrico’. Claro, 50 anos, se eu não tivesse feito alguma coisa, não era justo estar aqui, né. Então eu acho que foi uma obrigação. Como professora de uma universidade eu tinha que fazer ensino, pesquisa e extensão. Eu fiz o melhor que eu pude nestas três funções. E me aposentei e ganhei uma medalha de amiga da UFSC. Adorei também de ter sido reconhecida. Então eu diria que deu certo, né. Uma ideia que tocou pra frente e deu certo.

Assim, conversando com a fundadora, parece que as coisas foram naturais. É perceptível o carinho dos quatro entrevistados ao falar do trabalho no NETI. A história do Núcleo foi de acertos e alguns tropeços, mas após mais de 30 anos é perceptível que os acertos predominaram. Quando foi criado havia poucos recursos para idosos, que sofriam os efeitos da marginalização social. Os trabalhos desenvolvidos no Núcleo contribuíram para discussão sociopolítica do idoso, muitas vezes incentivando a mobilização de entidades para ação conjunta.

Desde seu primeiro momento de existência o NETI sempre incluiu a participação da pessoa idosa em seus projetos. O Entrevistado B colocou que muitas vezes, o processo de marginalização vem do próprio idoso, que se põe à margem, não acompanhou as transformações tecnológicas, ou sente-se sozinho e se recolhe ainda mais por isso. O Entrevistado B relata uma transformação muito grande em alguns participantes que chegam para fazer algum curso tímidos, calados, e que ao finalizar, com o passar do tempo, tornaram-se mais comunicativos, expressando suas opiniões, se aceitando e aceitando os outros.

Em 1984 iniciam-se no NETI as atividades de Educação Permanente, os cursos de extensão para a comunidade. Somente em 1985 o Núcleo começou a contar com funcionários administrativos e em 1987, havia o envolvimento de nove departamentos da UFSC.

O Entrevistado A explicou que a questão do espaço e de recursos sempre foram o mais difícil, e que são conquistas graduais, lentas. Em alguns anos atrás, por exemplo, não havia servidores técnico-administrativos com a lotação NETI. Atualmente, são dois. Ainda é pouco: a maioria das pessoas que atendem no NETI são participantes de outros projetos, idosos voluntários. O voluntariado é importante, pela questão da mobilização, mas ao mesmo tempo, é uma fragilidade em relação à questão de continuidade e permanência, cuja a exigência é diferente quando se têm pessoas com vínculos formais de trabalho.

Em 1989 surge o Grupo de Estudos de Gerontologia, visando conhecer o interesse e disponibilidade dos idosos para atividades de educação continuada, demonstrando o comprometimento com a questão da velhice. Esse grupo influenciou a criação do curso de Formação de Monitores da Ação Gerontologia em 1990, que foi submetido e aprovado na íntegra pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC. Este curso é uma atividade de Extensão Universitária de longa duração, atualmente, com quatro semestres, que “qualifica pessoas idosas em gerontologia ao proporcionar o desenvolvimento de novos conhecimentos e ao estimular a prática do voluntariado na comunidade” (NETI, 2012), valorizando o potencial do idoso e possibilitando sua aquisição e transmissão de novos conhecimentos à sociedade. De acordo com o Entrevistado C, o curso aborda temas como o processo de envelhecimento, antropologia, sociologia, filosofia, noções de saúde, direito, gerontologia e



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

psicología. Ao final, o aluno faz um trabalho de conclusão de curso, que é uma ação multiplicadora destes conhecimentos. Muitos projetos já foram desenvolvidos dentro e fora do NETI por alunos do curso de Monitores. O CENETI, por exemplo, foi criado em 1990 por iniciativa dos alunos.

Além da inserção da questão social do idoso na Universidade, o NETI contribuiu com transformou da mentalidade em relação ao idoso. A partir de 1990 firma-se a questão social da velhice, desenvolvendo ações integradas com os grupos representativos da comunidade, organismos públicos e privados no trabalho preventivo de possíveis patologias do envelhecimento (RLG, 2004).

Em 1991 o NETI atinge um patamar de experiências acumuladas com a criação do Curso de Especialização em Gerontologia e com a Coordenação do I Encontro Nacional de Estudantes de Terceira Idade e Coordenação do I Fórum de Coordenadores de Ações de Educação na 3ª. Idade (RLG, 2004). O Entrevistado A relata que foi trabalhoso articular um curso de pós-graduação que não fosse vinculado a um Centro ou departamento, mas a um núcleo, porém que valeu a pena: vários departamentos estão envolvidos no projeto, assim como alunos de todas as áreas se interessam pela especialização, interdisciplinar como deve ser um trabalho na área de gerontologia. É o único curso do NETI que exige nível superior e que não tem idade mínima. As demais atividades do NETI são para pessoas com 50 anos ou mais.

Atualmente o Núcleo possui diversas parcerias: a UFSC tem um assento no Conselho Estadual do Idoso, cuja representação é o NETI; há professores e alunos do NETI participando do Conselho Municipal do Idoso; o Serviço Social do Comércio – SESC está presente desde o início da história do NETI, pois apesar do NETI não adotar um modelo específico, o *know-how* de um assistente social do SESC que estudou na Europa e trouxe ao Brasil novas ideias sobre a terceira idade ajudou às fundadoras no início do trabalho.

Atualmente, SESC e NETI mantêm uma troca recíproca de ajuda em palestras, realização de eventos em conjunto e coisas do tipo. A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG também é parceira em eventos. Com a Associação Nacional de Gerontologia – ANG, seja nacional, seja a sessão de SC, são desenvolvidos trabalhos em conjunto porque os profissionais que trabalham no NETI geralmente são associados. A Federação Catarinense dos Municípios – FECAM tem um convenio assinado com o NETI para capacitação de pessoas. Esse convênio está inserido dentro de um projeto do NET: o Projeto de Intercâmbio Comunitário (PIC) em Gerontologia. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE é uma parceria antiga que surgiu de uma motivação pessoal, porque um dos colaboradores do NETI tem na família uma pessoa especial. Um grupo de estudos sobre envelhecimento e deficiência está se desenvolvendo desde 2012, pois há poucos estudos sobre o tema: NETI, APAE, alguns professores da UFSC e outros grupos de atuação do Estado pretendem desenvolver pesquisas para preencher essa lacuna.

No setor privado, a Videoteca é uma empresa parceira, que fornece os dvds para o curso de cinedebate, e também promove encontros no cinema: já houve sessões gratuitas nos cinemas de Florianópolis com alunos do NETI, em horário especial promovidas pela empresa.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Diversos Centros e Fundações da UFSC cedem espaço ao NETI, já que as instalações são insuficientes para a quantidade cursos ofertados. O Departamento Artístico Cultural da UFSC – DAC cede espaço ao grupo de teatro, e outras manifestações artísticas que ali acontecem. No Centro de Desportos – CDS, há diversas atividades físicas voltadas para idosos, que são atividades chamadas “em consonância” com o NETI. O Hospital Universitário - HU também é parceiro: lá acontece o grupo de Alzheimer e para lá são encaminhados idosos pra atendimento.

O Entrevistado A destaca que o HU tem uma relação forte com o NETI, porque é importante, para uma cidadania plena, um atendimento de saúde digno. Demo (1995) coloca que uma cidadania emancipada exige a auto sustentação - antes de falar em reivindicação dos direitos, é preciso que a pessoa esteja bem. Assim, no HU foi desenvolvido um grupo chamado Núcleo Interdisciplinar de Gerontologia – NIPEG, que trabalha dando assistência aos idosos que necessitam. Os Núcleos se conversam mais são separados: o NETI assumiu com força a vertente da educação, porque se ficasse apenas no social e na saúde iria acabar “descambando mais pro assistencialismo” (ENTREVISTADO A, 2012).

Em relação à educação, há cursos para os diversos níveis e necessidades de aprendizado, inclusive a educação básica, com parceria com a Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF, através da Educação de Jovens e Adultos – EJA. A parceria foi realizada, porque se percebeu que o aluno que concluía seu processo de alfabetização, desejava receber o certificado formal, fornecido pela EJA. Segundo o Entrevistado B, alguns alunos sentiam-se inibidos de falar que estavam no curso de alfabetização, por isso, o nome do curso foi alterado, e atualmente o projeto chama-se leitura e escrita e conta com três aulas semanais, e dois dias com bolsistas que se dispõem a sanar dúvidas e desenvolver trabalhos com a turma.

O Cinedebate em Gerontologia é um curso desenvolvido em quatro semestres que incentiva o debate e a reflexão do processo de viver e envelhecer através de personagens retratados em filmes. O curso é muito apreciado pelos participantes, que expressam nostalgia quando o mesmo está próximo do fim. Como o objetivo de um bom projeto de extensão é a sustentabilidade, ou seja, que os participantes possam andar com as próprias pernas, utilizar e multiplicar o aprendizado em seu cotidiano, foi relatado um fato interessante que ocorreu na formatura da turma de 2012 do curso. A facilitadora apresentou aos alunos formandos dois ex-estudantes, já formados, que criaram seus próprios cineclubes e continuaram encontrando pessoas e promovendo debates, inclusive convidando os formandos para participarem. É interessante perceber que diversas pequenas iniciativas podem fazer uma diferença na atitude das pessoas, e que o efeito multiplicador está dando frutos fora do NETI.

Estes são apenas alguns exemplos, pois o Núcleo oferece diversos projetos, todos com destaque à questão formativa, relacionada a cidadania e autonomia.

O Entrevistado A ressalta, entretanto, que apesar do trabalho ser muito importante, ainda há muito para fazer: o NETI está dentro de uma universidade, e é um grande laboratório, deveria ser mais explorado no desenvolvimento de pesquisas que beneficiariam seu público. Todos os entrevistados compartilham que o NETI é mais reconhecido fora do que dentro da UFSC. O NETI tem que se fortalecer, pois atualmente, “ele está escondidinho, ele



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

não tá barulhento, ele não está visível” (ENTREVISTADO A, 2012). Antes, ele não era visível no organograma.

Hoje em dia NETI já está penduradinho no organograma da universidade. Ele tá visível. Você abre o catálogo, o site da universidade, cê vê algum lugar, NETI tá lá pendurado. Então já está visível. Mas, só que não está, aquilo que a Neusa fazia, divulgava, fazia barulho, que nome você dá pra isso? Uma coisa é visível no organograma, outra coisa é visível ao público. Não público externo, porque público externo tem: você diz: ah, NETI da universidade? Mas é visível internamente na universidade. Quando eu digo visível, tem que ser visível pela sua importância.

Neste sentido, o Entrevistado A ressalta que a atividade política, de manifestar-se sempre à parte estratégica da universidade, o “fazer barulho” é também importante. E divulgar mais pesquisas. Para tanto, opina ser importante fazer um esforço conjunto de juntar bons doutores, engajados na temática da terceira idade e criar um curso de mestrado em gerontologia, o que fortaleceria o NETI e a todos que delem participam, além daqueles que são participantes potenciais, mas ainda não comparecem. Esse benefício viria com a qualidade e divulgação de mais pesquisas científicas na área.

O Entrevistado D fala do desafio na questão de divulgação, conscientização do entorno, mas afirma que iniciativas interessantes ocorreram nos últimos anos. O Entrevistado C (2012, s/p.) destaca o recente desenvolvimento de cursos envolvendo temáticas como política, cidadania e envelhecimento, criados partindo da demanda dos próprios estudantes:

[...] surgiram da necessidade que os nossos idosos sentiram de aprender mais, sobre o que é política, de que política nós estamos falando, sobre o ser político, né, não se refere em nenhum momento a política partidária. E como é que a pessoa idosa pode usar esses conhecimentos na sua prática.

E mesmo recentes, tais cursos já deram frutos visíveis: uma aluna participante de diversos cursos do NETI, ao fazer o curso de política, candidatou-se a Presidente do Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis. Outro participante de diversos cursos, inclusive o de política, atualmente é Conselheiro no Conselho Municipal do Idoso.

No segundo semestre de 2012, dando sequência a essa linha de cursos, foi ofertado o curso Previdência e Cidadania, cujo objetivo é dialogar e orientar sobre os direitos a aposentadorias, além de explicitar outros benefícios garantidos pela constituição e por leis especiais aos cidadãos, principalmente aos idosos. Além das questões previdenciárias, o conteúdo programático inclui noções de Gestão Pública, Ética e Cidadania, Lei de Informação, entre outros. Todos os alunos que participaram do curso manifestaram o desejo de continua-lo, e em 2013/2 o projeto está indo para o terceiro semestre.

Inovações mais participativas também se apresentam na gestão do Núcleo. Desde 2011 o NETI está sobre a coordenação atual. Neste período, foi criado o Comitê Assessor do NETI, de caráter consultivo para apoio pedagógico, composto pela coordenadora, professores em exercício e aposentados da UFSC que desenvolvem projetos dentro do NETI. O comitê de caráter consultivo é importante para a discussão de questões e novos projetos de forma mais participativa. Na 4ª Reunião Pedagógica e Integrativa do NETI, realizada no dia 08 de agosto de 2013, com a apresentação dos projetos e informes sobre o semestre, junto a Coordenação



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

do NETI, estava o Pró-Reitor de Extensão da UFSC - Pró-Reitoria a qual o Núcleo está vinculado; professores que oferecem projetos no Núcleo; bem como a representação estudantil, pela Presidente do CENETI e de idosos voluntários mais assíduos no atendimento. É importante ressaltar que todos tinham abertura para opinar, sem coação, de forma igualitária. Assim, é percebido que além de ter um norte bem definido para a educação, com ênfase na cidadania, o Núcleo vem desenvolvendo uma forma de gestão cada vez mais aberta: os alunos têm fácil acesso à coordenação, e dialogam com os professores.

Portanto, conclui-se que o NETI é um espaço muito importante para a comunidade, e que vem, desde a sua criação, de um processo de participação ativa de seus membros, da vontade de colocar o idoso em uma posição representativa no âmbito da universidade e na sociedade, e que junto a outras instituições parceiras, já conseguiu algumas conquistas. Entretanto, como toda a instituição, o Núcleo precisa recriar os espaços de comunicação e participação, não esquecer seu propósito inicial, mas seu espaço dentro do ambiente acadêmico para que todos o reconheçam como a referência em gerontologia que ele é.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE (AIU3A, França). **Historique**. Disponível em: <<http://aiu3a.com/HISTORIQUE.html>>. Acesso em: 03 Out. 2012.

BANCO MUNDIAL. **Envelhecendo em um Brasil mais velho**. 2011. 64 p. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1302102548192/Envelhecendo_Brasil_Sumario_Executivo.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2012.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Constituição (1988). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%20C3%A7ao.htm> Acesso em 10 Ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Governo Federal. **Futuro**. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=34054&janela=1>. Acesso em: 02 Ago. 2012.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

CASTELLÀ, Carola. PARÉS, Marc. Participação e Qualidade Democrática: uma proposta de critérios de qualidade. In: TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Cidadania e Desenvolvimento Local: critérios de análise**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012. Cap. 11, p. 207-251.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, Dec. 2003. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 out. 2012.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DAL RIO, Maria Cristina. Construção de Novas Formas de Sociabilidade no Processo de Envelhecimento e na Velhice. In: DAL RIO, Maria Cristina; MIRANDA, Danilo Santos de. **Perspectiva Social do Envelhecimento**. São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social: Fundação Padre Anchieta, 2009. p. 11-27.

DANIEL, Fernanda. O conceito de velhice em transformação. **Interações: Sociedade e Novas Modernidades**. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga. n. 10, p. 113-122. Abr. 2006. Disponível em: <<http://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/179/185>>. Acesso em 13 Set. 2012.

DEBERT, Guita Grin. A invenção da Terceira Idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. ANPOCS, 1996. **GT Cultura e Política da ANPOCS**. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_03.htm>. Acesso em: 02 ago.2012

DEBERT, Guita Grin. Envelhecimento e Curso da Vida. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 1, p. 120-128, 1997. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/12112009-093723debert.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2012.

DEBERT, Guita Grin. Gênero e Envelhecimento: Os Programas para a Terceira Idade e o Movimento dos Aposentados. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, p. 33-51, 1994. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16288/14829>>. Acesso em 02 jul. 2012.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Ed. Autores Associados, 1995.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

DOWBOR, Ladislau. **Gestão social e transformação da sociedade**. Disponível em: <<http://gestaosocial.paginas.ufsc.br/files/2011/07/Artigo-7-gestao-social-e-transforma%C3%A7%C3%A3o-da-sociedade.pdf>>. Acesso em: 15 Set. 2012.

FRUTUOSO, Dina. **A Terceira Idade na Universidade**. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 1999.

GOERGEN, Paulo. Universidade e Compromisso Social. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (org.). **Universidade e Compromisso Social**: Brasília, 25 e 26 de agosto de 2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 65-95. (Coleção Educação Superior em Debate; v.4).

GUEDES, Neusa Mendes. **A construção de um caminho**. In: GRÜNEWALD, Virginia (Org.). **NETI: A Construção de um Caminho na Gerontologia**. Florianópolis: Copyflo, 1997. p. 21 – 28.

GUTIERREZ, Gustavo Luís. **Por Que é tão Difícil Participar?** São Paulo: Paulus, 2004.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de A. **Metodologia do trabalho científico**. 4^a ed. São Paulo, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

NASRI, Fabio. O envelhecimento populacional no Brasil. **Einstein**, São Paulo, v. 6 (supl.1), p.S4-S6, 2008. Disponível em: <<http://apps.einstein.br/revista/arquivos/PDF/833-Einstein%20Suplemento%20v6n1%20pS4-6.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

NETI. UFSC. **Apresentação**. Disponível em <<http://neti.ufsc.br/?s=miss%C3%A3o&x=0&y=0>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

NETI. UFSC. **Atividades**. Disponível em: <<http://neti.ufsc.br/atividades/>>. Acesso em 20 dez. 2012.

PACHECO, Eliezer Moreira. Debate Universidade e Compromisso Social. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira. **Universidade e Compromisso Social**: Brasília, 25 e 26 de agosto de 2005. Brasília: INEP, 2006. p. 103-244. (V.4).

PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 9-13.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013: IGHM Longevidade**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

RLG. Red Latinoamericana de Gerontologia (Santiago de Chile). **Antecedentes del Núcleo de Estudios de Tercera Edad-NETI**. 2004. Disponível em: <<http://www.gerontologia.org/portal/about.php>>. Acesso em: 01 jan. 2013.

RICCI, Natália Aquaroni et al. Interdisciplinaridade na gerontologia: uma revisão da literatura. **Revista Kairós: gerontologia**, São Paulo, 9(2), p.19-37, dez. 2006. Semestral. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/pos/gerontologia/downloads/Kairosv9_n2.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2012.

RISTOFF, Dilvo. A Universidade Brasileira Contemporânea: Tendências e Perspectivas. In: MOROSINI, Marília (org.). **A Universidade no Brasil: conceitos e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 37-52.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra: Almedina, 2008. p. 13-104.

SIMONEAU, Adriana; OLIVEIRA, Denize Cristina de. Programa universitário para pessoas idosas: a estrutura da representação social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. v. 63, n. 1, p. 11-21, 2011. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=229018648003>> Acesso em 01 ago. 2012.

SCHCH, Vitor Francisco. O Despertar para a terceira Idade no NETI. In: GRÜNEWALD, Virginia (Org.). **NETI: A Construção de um Caminho na Gerontologia**. Florianópolis: Copyflo, 1997. p. 141 – 147.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Escopo Teórico. In: TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local: Critérios de Análise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 19 – 34.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado: ensaios de gestão social**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2008.

VERAS, Renato Peixoto; CALDAS, Célia Pereira. Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, Jun.2004 . Disponível em:



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000200018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Set. 2012